

Expectativa de alta na cotação do país

Títulos da dívida se valorizam com boatos de que agências vão rever classificação do Brasil

Extrema - Conversão

José Meirelles Passos

Correspondente • WASHINGTON

A possibilidade de que até quarta-feira seja anunciada uma melhoria na cotação do Brasil, em consequência de seu desempenho econômico, movimentou ontem o mercado da dívida externa. Os títulos da dívida brasileira, os chamados *Brady bonds*, valorizaram-se tanto em Nova York quanto em Londres, com os rumores de que as duas maiores firmas da área, a Moody's Investors Service e a Standard & Poors (S&P), ambas de Nova York, estariam prestes a anunciar um *upgrade*, ou melhor classificação do país. As duas firmas servem como uma espécie de bússola para os investidores, e como nenhuma delas desmentiu os boatos, cresceu a procura dos papéis brasileiros. Com isso, o bônus "C" subiu de 73,25 centavos de dólar para US\$ 73,75 (por dólar do seu valor nominal).

O silêncio das autoridades brasileiras também ajudou a intensificar os rumores, devido a outra expectativa do mercado: a da emissão de títulos pelo Brasil, no valor de US\$ 750 milhões. Há quem aposte que essa emissão seria ainda maior, chegando a US\$ 1 bilhão. Corretores e investidores acreditavam ontem que o Governo vem evitando anunciar a data precisa do lançamento dos novos papéis, por esperar a divulgação do *upgrade* e, assim, poder vender os bônus mais rapidamente.

Lançamento de títulos nos EUA ainda não foi autorizado

Mas o fato é que a Securities and Exchange Commission (SEC) ainda não autorizou o lançamento dos títulos. A SEC, órgão que credencia quem pode fazer esse tipo de operação nos EUA, fez vários pedidos de informação ao Brasil, inclusive sobre o Proer e a dívida do Estado de São Paulo com o Banespa. O número e o detalhamento das perguntas surpreenderam o Banco Central, que nem respondeu algumas questões, como quanto cada banco recebeu do Proer. O Governo esperava que o credenciamento do país fosse anunciado durante a reunião do Fundo Monetário Nacional em Washington, na semana passada, o que não foi possível.

— Estamos esperando por esses papéis há duas semanas — comentou Stuart Parkinson, analista da Deutsche Morgan Grenfell.

A atual cotação do Brasil, que prevalece desde junho, já é boa. Está na faixa B1 da Moody's e B+ da S&P, cuja tabela acrescenta um comentário ao lado do nome do país: "Perspectiva positiva".

— Isso significa que nossa agência não prevê desequilíbrio ou impactos negativos a curto prazo. Quando dizemos



AGITAÇÃO NA BOLSA e no mercado financeiro em Nova York, com os rumores sobre o Brasil e sobre a suposta morte de Bóris Yeltsin

que a perspectiva é positiva estamos seguros de que ela poderá ser sustentada, em geral, por um a três anos — disse ao GLOBO Michael Dorfman, porta-voz da S&P.

Ultimamente, o Brasil tem recebido constantes *upgrades* dessa empresa, e é isso que alimenta as expectativas do mercado, pois os anteriores aconteceram justamente nessa época do ano.

Em dezembro de 1994, o país foi colocado no nível B-simples. Em julho de 1995 passou a B+, na condição de "estável". Em dezembro, o Brasil foi reconfirmado na posição B+, mas o diagnóstico subiu de "estável" para "positivo". A perspectiva é de que estaria prestes a saltar agora para o nível A.

Em São Paulo, Stanley Greig, gerente da Divisão para a América do Sul da Internacional Finance Corporation (IFC) — o braço do Banco Mundial para financiamentos ao setor privado de países em desenvolvimento — disse ontem que o Brasil passou a ter prioridade na

distribuição dos empréstimos e investimentos da agência previstos para o ano fiscal iniciado em julho último. Segundo Greig, em 1997 o país deverá ser um dos principais mercados de privatização no mundo e o total de recursos destinados a novos projetos no Brasil deverá chegar a US\$ 400 milhões até junho, 22% mais que no exercício anterior.

— Hoje, o Brasil está atrás apenas da Argentina. Apesar de ter uma economia menor do que a brasileira, a Argentina ainda ocupa esse posto por conta do forte processo de privatização dos últimos anos — disse Greig, ressaltando que a IFC só participa do processo posterior de privatização, financiando os vencedores dos leilões.

Até agora, a carteira de financiamentos da entidade na Argentina totaliza US\$ 943,2 milhões, superando em US\$ 1,2 milhão a do Brasil. O volume de recursos destinados às empresas brasileiras representa quase 9,5% da carteira mundial da instituição. Somente no ano

fiscal de 1996, a IFC aprovou um volume recorde de US\$ 328 milhões para financiamento de projetos de empresas brasileiras, 54% a mais que em 95. Esse volume não inclui as operações de captação de recursos através de consórcios de bancos internacionais, que garantiram crédito adicional de US\$ 358 milhões. Os principais financiamentos aprovados para o país incluem US\$ 175 milhões para a Ceval expandir sua produção de soja e carnes no Norte e Nordeste e US\$ 80 milhões para a Duratex implantar a primeira fábrica de aglomerados de média densidade na América Latina e modernizar suas fábricas.

No setor de infra-estrutura, foram aprovados projetos no valor de US\$ 115 milhões, dos quais US\$ 35 milhões para a Lightel modernizar suas operações em telefonia celular. A Águas de Limeira obteve um crédito de US\$ 34 milhões, que será utilizado para completar um investimento de US\$ 71,1 milhões em saneamento básico — o primeiro proje-

to privado nesta área no país. Para o atual exercício, já existem projetos de empresas brasileiras em análise que somam US\$ 300 milhões. Segundo Bruce Leighton, representante da IFC no país, o crédito para pequenas e médias empresas e o desenvolvimento do mercado de capitais serão prioritários.

Outro boato agitou os mercados financeiros de todo o mundo, ontem: o da morte do presidente da Rússia, Bóris Yeltsin. A Bolsa de Londres caiu 26,3 pontos, fechando em 4.009,3, enquanto Wall Street teve a maior queda em mais de um mês, para o que contribuiu o anúncio da Procter & Gamble, de que seu lucro no terceiro trimestre foi menor do que o esperado. O índice Dow Jones chegou a cair mais de 50 pontos às 14h, provocando a suspensão automática de certos tipos de transação por computador. ■

TRADUZINDO O ECONOMÊS

Um guia para os investidores

• O Brasil é classificado atualmente "B+" no *ranking* das grandes empresas de classificação de risco. Elas funcionam como uma espécie de guia dos investidores e servem para orientá-los no sentido de apontar quais os países que apresentam maior ou menor risco em suas aplicações. São os próprios investidores que mantêm essas empresas por meio do pagamento de mensalidades para que assegurem o direito a receber informações periódicas sobre as oportunidades de investimento. Uma parte dessas informações é de caráter reservado dos investidores e outra é amplamente noticiada pela imprensa.

A leitura dessas classificações é muito parecida com a de um boletim escolar: as empresas dão notas de "A" a "E", acrescentando às vezes um sinal "+" ou "-" ao seu lado, para acentuar alguma variação. Os especialistas de tais agências baseiam seus diagnósticos em dados econômico-financeiros e também no panorama político desses países.

Atualmente, por exemplo, a S&P divulgou que no país há "amplo apoio político à estabilização".